

**PORTARIA Nº 1486/2018**

Dispõe sobre exoneração e nomeação de cargo de provimento em comissão.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da Lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017,

CONSIDERANDO o que consta do Processo Administrativo nº 8500024-73.2018.8.06.0028 e 8500026-43.2018.8.06.0028,
RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora GEÍSA DÁVILA BATISTA ARAÚJO, matrícula nº 10099, do cargo em comissão de Direção e Assistência Estratégica de Assistente, símbolo DAE-6, da Vara Única da Comarca de Cruz, de entrância inicial e nomear AMANDA MARIA ALVES MOURA para o referido cargo.

Art. 2º – Nomear a servidora GEÍSA DÁVILA BATISTA ARAÚJO, matrícula nº 10099, para o cargo de Direção e Assistência Judiciária de Supervisora, símbolo DAJ-4, da 2ª Vara da Comarca de Acaraú.

Art. 3º – Nomear JÚLIO CÉSAR ALBUQUERQUE MENDES FILHO, para o cargo em comissão de Direção e Assistência Estratégica de Assistente, símbolo DsAE-5, da 2ª Vara da Comarca de Acaraú.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, em 23 de julho de 2018.

Desembargador Francisco Gladyson Pontes

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

PORTARIA Nº 1487/2018

Dispõe sobre exoneração de cargo de provimento em comissão.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º, inciso VII, da Lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017,

CONSIDERANDO o que consta do Processo Administrativo nº 8500153-03.2018.8.06.0053,

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar, a pedido, MAIRA LAYANE BEZERRA FARIAS, matrícula nº 24826, do cargo em comissão de Direção e Assessoria Estratégica de Assistente, símbolo DAE-5, da 1ª Vara da Comarca de Camocim.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, em 23 de julho de 2018.

Desembargador Francisco Gladyson Pontes

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

CORRIGENDA

No Diário da Justiça Eletrônico de 12 de julho de 2018, na Portaria nº 1416/2018, de 12 de julho de 2018, que dispõe sobre nomeação e exoneração de cargo de provimento em comissão, **Onde se lê: “CYNTHYA KALINE DA SILVA LIMA”, Leia-se: “CYNTHYA KALYNE DA SILVA LIMA”.**

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em 23 de julho de 2018.

DESEMBARGADOR FRANCISCO GLADYSON PONTES

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 1489/2018

Dispõe sobre a expansão da sistemática de remessa eletrônica de procedimentos policiais pelas Delegacias de Polícia ao Poder Judiciário e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o Programa de Integração do Sistema de Justiça Criminal (Integra) instituído entre o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e o Governo do Estado do Ceará no âmbito do Ceará Pacífico (PPA 2016-2019), que visa integrar os órgãos que compõem o sistema de justiça criminal, melhorando a segurança, a qualidade e a celeridade das informações intercambiadas;

CONSIDERANDO o Termo de Cooperação Técnica nº 01/2015 celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e a Secretaria de Segurança Pública e Defesa social do Estado do Ceará visando à troca eletrônica de correspondências;

CONSIDERANDO que o trâmite eletrônico de documentos entre o Poder Judiciário e a Polícia Civil do Estado do Ceará está implantado nas comarcas de Fortaleza, Maracanaú, Caucaia, Sobral e Juazeiro do Norte;

CONSIDERANDO a Portaria nº 510, de 31 de março de 2015, do Tribunal de Justiça do Ceará, que dispõe sobre a obrigatoriedade do peticionamento eletrônico para processos que tramitam em meio digital, através do Portal e-SAJ, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará;

CONSIDERANDO a Portaria nº 530, de 12 de abril de 2018, do Tribunal de Justiça do Ceará, que determina a implantação do SAJ eletrônico nas comarcas de Crato e Barbalha;

RESOLVE:

Art. 1º Incluir, a partir de **20 de agosto de 2018**, na exigência de envio de procedimento policiais por meio exclusivamente eletrônico, via Portal e-SAJ, conforme sistemática prevista na Portaria nº 2147/2018 (DJe 12.01.2018), a Delegacia Regional de Crato, a Delegacia de Defesa da Mulher de Crato e a Delegacia Municipal de Barbalha.

Art. 2º Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do Tribunal de Justiça.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 23 dias do mês de julho de 2018

Desembargador Francisco Gladyson Pontes

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará